



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE FREDERICO WESTPHALEN

PROJETO DE LEI Nº 10 /2021

APROVADO

09 / 11 / 2021

PRESIDENTE

Dispõe sobre a instalação de sistema de segurança baseado em monitoramento por meio de câmeras de vídeo nas escolas e creches da rede pública do Município de Frederico Westphalen – RS.

Art. 1º As escolas e creches da rede pública do Município de Frederico Westphalen deverão adotar sistema de segurança baseado em monitoramento por meio de câmeras de vídeo nas áreas externas e internas de suas dependências.

§ 1º. O sistema de monitoramento de que trata o *caput* deste artigo se destina exclusivamente à preservação de segurança, à prevenção de atos de violência e outros que ponham em risco a segurança dos servidores e alunos.

§ 2º. O sistema de monitoramento de que trata o *caput* deste artigo deverá constar, pelo menos, da instalação de circuito interno de TV, com possibilidade de gravação de imagens e de câmeras instaladas de modo a permitir o monitoramento das áreas externas e das áreas de circulação internas.

§ 3º. A instalação do equipamento citado no *caput* deste artigo considerará proporcionalmente o número de alunos e funcionários existentes na unidade escolar, bem como as suas características territoriais e dimensões, respeitando as normas técnicas exigidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Art. 2º As escolas situadas em áreas onde forem constatados maiores índices de violência e vandalismo terão prioridade na implantação do equipamento.

Art. 3º As imagens produzidas e armazenadas pelo sistema de que trata esta Lei são de responsabilidade do Município e não poderão ser exibidas ou disponibilizadas a terceiros, exceto por meio de requisição formal em casos de investigação policial ou para instrução de processo administrativo ou judicial.

Art. 4º É vedada a instalação de câmeras de vídeo em banheiros, vestiários e outros locais de reserva de privacidade individual e de acesso restrito.

Art. 5º Será obrigatório a fixação de aviso informando a existência de monitoramento por meio de câmeras de vídeo no local.

PUBLICADO

Em 22/09/21
Até 07/10/21



Estado do Rio Grande do Sul

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE FREDERICO WESTPHALEN

Art. 6º Para a realização do disposto nesta Lei, o Município de Frederico Westphalen poderá realizar parcerias com instituições públicas, privadas e organizações da sociedade civil, possuidoras de reputação comprovadamente ilibada e corpo técnico gabaritado.

Art. 7º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias do Município, suplementadas, se necessário.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Frederico Westphalen/RS, aos vinte e dois dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um.

Ver. Aline Ferrari Caëran – PP

Ver. Belonir Vendruscolo – PP

Ver. Lóridane F. Bortoluzzi Presotto – PP

Ver. Raul Pazuch da Silva – PSDB

Ver. Jorge Alan Souza – PSDB

Ver. Leandro Mazzutti – PDT



Estado do Rio Grande do Sul

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE FREDERICO WESTPHALEN

reconhecida com reafirmação da jurisprudência desta Corte. 5. Recurso extraordinário provido. (STF, ARE 878911 RG/ Rio de Janeiro - Repercussão Geral no Recurso Extraordinário com Agravo, Relator Ministro Gilmar Mendes, julgamento no dia 29/09/2016).

Reza o aludido Tema de Repercussão Geral: “não usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração Pública, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos”. Dessa forma, adotando-se o modelo constitucional, em respeito ao princípio da simetria, não afronta a competência privativa do Chefe do Poder Executivo Municipal proposição que não cuide especificamente de sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos, ou do regime jurídico de servidores públicos, como é o caso do projeto de lei em comento. Assim, não se vislumbra ofensa à Separação dos Poderes, pois não se trata, no caso, de intervir em ato de gestão do Estado. Na realidade, o administrador público está obrigado a garantir a segurança dos alunos, dos professores e da comunidade escolar.

Desta feita, por entender que a propositura é justa e objetivando levar a efeito este pleito, cumpre-me contar com o apoio dos meus nobres Pares, com a deliberação favorável a sua aprovação.

Ver. Aline Ferrari Caeran
Progressistas



Estado do Rio Grande do Sul

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE FREDERICO WESTPHALEN

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Inicialmente, cabe ressaltar que eventos recentes no cenário nacional reavivaram uma discussão muitas vezes já pautada no âmbito da educação e da segurança pública: a violência nas escolas. Portanto, devemos nos mobilizar para coibir esses atos de violência, considerando válidas todas as ações preventivas.

Dito isso, cumpre assinalar aos nobres Edis que está comprovado que o monitoramento por câmeras de vídeo constitui-se em uma ferramenta de suma importância, eficaz e aliada no combate à violência e criminalidade, que tem frequentemente atingido as escolas estaduais, incluindo vandalismo.

O sistema de monitoramento visa, exclusivamente, a preservação da segurança da comunidade escolar. Entendemos que esta ação deve fazer parte de um conjunto de medidas que a Administração Pública Municipal deve implementar, com o desiderato de prevenir a violência e segurança de nossos estudantes, educadores e corpo técnico das escolas.

A proposição em foco determina que o sistema de monitoramento deverá constar, pelo menos, da instalação de circuito interno de TV, com possibilidade de gravação de imagens e de câmeras para o monitoramento das áreas externas e de circulação internas.

Frisa-se que será vedada a instalação de câmeras de vídeo em banheiros, vestuários e outros locais de reserva de privacidade individual, bem como em salas de aula, salas de professores, secretarias e outros ambientes de acesso restrito na escola. Com isso esperamos ajudar na segurança das nossas escolas, mas sempre preservando a privacidade, intimidade e a liberdade de cátedra dos nossos educadores.

Em relação à constitucionalidade e a legalidade da presente proposição cumpre esclarecer aos ilustres Vereadores que o e. STF, em precedente de Repercussão Geral (Tema 917), firmou o entendimento de que a iniciativa legislativa acerca da instalação de câmeras de monitoramento em escolas públicas não é de competência privativa (exclusiva) do Chefe do Poder Executivo, verbis:

“Recurso extraordinário com agravo. Repercussão geral. 2. Ação Direta de Inconstitucionalidade Estadual. Lei 5.616/2013, do Município do Rio de Janeiro. Instalação de câmeras de monitoramento em escolas e cercanias. 3. Inconstitucionalidade formal. Vício de iniciativa. Competência privativa do Poder Executivo municipal. Não ocorrência. Não usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração Pública, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos. 4. Repercussão geral

Ass